

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (IMR)
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
OBRAS DE ENGENHARIA

Processo Administrativo nº 161948/2026

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim Tênis Clube, no Município da Estância Turística de Olímpia.

1.1.1 – Considera-se este objeto como obra, conforme o artigo 6º, inciso XII, da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO RESIDENCIAL JARDIM TÊNIS CLUBE, NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA.	3.01.02.0086-4	SERVIÇO - SV	1 (UM)

Tabela 01. Descrição básica das Obras.

1.2 – O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, já considerados os prazos de recebimento provisório e definitivo do objeto, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.3 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

1.3.1 – Mobilização da empresa para implantação do canteiro de obras;

1.3.2 – Execução da obra;

1.3.3 – Desmobilização;

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

1.3.4. Emissão e prazo para pagamento dos serviços executados;

1.4 – O prazo de execução da obra será de 3 (três) meses contados a partir da emissão e envio da Ordem de Serviço à contratada, já considerados os prazos de recebimento provisório e definitivo do objeto, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O cumprimento do prazo acima aludido não poderá ser satisfeito mediante a redução da qualidade dos serviços executados ou em prejuízo à segurança de seus funcionários ou de terceiros.

1.5 – As obras relativas ao objeto deverão ser executadas em sua integridade e em total conformidade com os projetos básicos, executivos, memoriais e demais documentos técnicos disponíveis nos anexos do presente Termo de Referência.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação tem como escopo a contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim Tênis Clube.

A infraestrutura viária urbana constitui elemento essencial para a mobilidade, segurança, desenvolvimento urbano e qualidade de vida da população, sendo dever do Poder Público assegurar a adequada conservação e ampliação dos sistemas de drenagem e pavimentação, nos termos do interesse público e das competências municipais.

No Residencial Jardim Tênis Clube, situado no Município da Estância Turística de Olímpia, foram constatadas deficiências estruturais no sistema de drenagem de águas pluviais, bem como condições insatisfatórias da pavimentação asfáltica existente, agravadas pela ação contínua das chuvas e pelo escoamento superficial inadequado. A ausência ou insuficiência de dispositivos de drenagem eficientes tem provocado acúmulo de água sobre as vias, infiltrações no subleito, processos erosivos e degradação acelerada do pavimento.

Tais condições resultam em comprometimento da tráfegabilidade, aumento dos riscos de acidentes, desconforto aos usuários, dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais e prejuízos à segurança de pedestres e condutores. Ademais, a persistência desses problemas acarreta elevação dos custos de manutenção corretiva, uma vez que intervenções pontuais e emergenciais não solucionam as causas estruturais das patologias observadas.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de uma intervenção integrada, que contemple a execução de serviços de drenagem pluvial adequados às características locais, associados à implantação ou recuperação da pavimentação asfáltica, de forma a garantir a correta captação, condução e destinação das águas pluviais, bem como a durabilidade e o desempenho do pavimento urbano.

A contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível em razão da complexidade técnica dos serviços, que demandam mão de obra qualificada, equipamentos específicos e observância rigorosa às normas técnicas aplicáveis, tais como as diretrizes do DNIT, ABNT e demais legislações pertinentes. Trata-se de serviços que extrapolam a capacidade operacional rotineira da Administração Municipal, justificando a contratação de terceiros especializados, conforme dispõe os artigos 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que a execução adequada do sistema de drenagem associada à pavimentação asfáltica reduzirá a incidência de manutenções frequentes, prolongará a vida útil da infraestrutura viária e promoverá melhorias duradouras ao espaço urbano.

Logo, a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim Tênis Clube revela-se necessária, oportuna e plenamente justificada, visando à melhoria das condições de mobilidade urbana, à preservação do patrimônio público e ao atendimento das demandas da população local, em consonância com o interesse público e o planejamento da Administração Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP.

2.1 – Dispensa do Estudo Técnico Preliminar

Nos termos do §3º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar poderá ser dispensado nas contratações em que demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto pode ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico.

No caso da presente contratação, o objeto consiste na execução de serviços de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica, caracterizados como serviços comuns de engenharia, amplamente utilizados pela Administração Pública, cujas soluções

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

técnicas são padronizadas, consolidadas e amplamente difundidas no mercado, não demandando a avaliação de alternativas tecnológicas complexas ou inovadoras.

Ressalta-se que a necessidade da contratação se encontra devidamente caracterizada neste Termo de Referência, com a definição clara do objeto, da solução adotada, dos resultados pretendidos, dos critérios de medição e pagamento, bem como das exigências técnicas e de desempenho, atendendo aos elementos mínimos necessários para o adequado planejamento da contratação.

Ademais, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, neste caso específico, não agregaria ganhos significativos à análise da viabilidade técnica ou econômica da contratação, uma vez que a solução adotada decorre de práticas consagradas na engenharia urbana e da experiência administrativa em intervenções similares já realizadas pelo Município.

Neste íterim, ao invés de se elaborar um ETP com foco em seu objetivo, apenas se estaria banalizando o instrumento de planejamento, visto que sua inserção nada mais seria do que o cumprimento de um rito formal do processo licitatório, em contraponto aos princípios basilares a serem observados na aplicação da norma em seu art. 5º, mais precisamente nos princípios da eficiência, da eficácia, do interesse público, da celeridade e da economicidade; nestes casos Alcione Silva Quintas, et. al, 2025, página 188, estabelece:

Embora a NLLC tenha um manifesto apreço pelos instrumentos de planejamento, a boa gestão requer a utilização racional de recursos, e, nas situações em que venha a ser apenas um instrumento repetitivo para atender a uma formalidade legal, dispensar o ETP é uma forma de garantir a eficiência e a economia de recursos humanos e tecnológicos.

A instituição do ETP tem como objetivo o planejamento adequado das contratações públicas, principalmente em termos qualitativos; para tanto, resta nítido que este fundamental instrumento em nada contribuiria para tal no contexto desta contratação, inclusive, afrontando o princípio da eficiência na administração pública, neste sentido Ronny Charles Lopes de Torres, 2024, página 181, pontua:

Assim, a estruturação da atividade administrativa deve ser concebida e realizada de forma eficiente. É obrigação do agente público competente regular os ritos, procedimentos e rotinas aplicáveis a sua atuação, de forma a propiciar uma atuação célere e racional fugindo às comodidades de uma exagerada burocracia.

Nesta esfera Ronny Charles, página 182, minudenciou:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

O ETP precisa ser compreendido em sua perspectiva funcional. Seu registro no processo apenas para formalizar um ato do procedimento converte-o em instrumento burocrático e formalista, prejudicando a percepção dos agentes públicos sobre qual a sua real função. Ele deve instrumentalizar nos autos o esforço administrativo de reflexão sobre a necessidade administrativa, o mercado correspondente e o ferramental normativo disponível, para definir de maneira eficiente e segura a pretensão contratual apta ao melhor atendimento do interesse público.

Dadas as características técnicas do objeto e documentação pertinente que subsidiam a contratação com base neste termo de referência, agregando-se o fato de que ainda não há jurisprudência dos órgãos de controle de casos similares, levando-se em conta a manutenção das características originais do objeto, diante do contexto recente da lei nº 14.133/21, o professor doutor Juliano Heinen, 2024, página 188, aborda:

Por isso, interpretando o dispositivo de modo utilitarista, compreendemos que, se em outras aquisições que não a contratação de obras e serviços comuns de engenharia também puderem ser auferidos os padrões de desempenho e qualidade almejados, entendemos que a especificação do objeto poderá ser indicada apenas no termo de referência. Em outras palavras, o texto do §3º do art. 18 poderia ser estendido a outras situações.

Com vênia a abordagem supramencionada, cujo arcabouço do parágrafo citado pelo jurisconsulto sugere a dispensa subentendida do ETP, na descrição de obras e serviços comuns de engenharia, diretamente amparados por termo de referência ante a inexistência de prejuízos para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, em virtude dos documentos técnicos obrigatórios que subsidiam a contratação pretendida, evocando-se os princípios legais da eficiência, da eficácia, da motivação, do interesse público, da celeridade e da economicidade, com fulcro no artigo 11 do Decreto Municipal nº 8.703/2023, fundamenta-se a dispensa do ETP, sob a ótica racional do caso concreto.

Diante disso, e considerando que todas as informações necessárias ao adequado planejamento, especificação e execução do recapeamento já estão contempladas neste documento, bem como demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, justifica-se a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo à eficiência, segurança e transparência do processo licitatório.

2.2 – Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA):

O objeto da presente contratação não se encontra originalmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente deste Município. Contudo, a necessidade da contratação decorre de demanda superveniente, identificada a partir de avaliações técnicas recentes das condições de drenagem e pavimentação do Residencial Jardim

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Tênis Clube, as quais evidenciaram a necessidade de intervenção para correção de deficiências estruturais que comprometem a trafegabilidade, a segurança dos usuários e a conservação da infraestrutura viária local.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 – Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim Tênis Clube.

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada de serviços de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica, no Residencial Jardim Tênis Clube, no Município da Estância Turística de Olímpia, abrangendo todas as etapas necessárias à adequada implantação, funcionamento e durabilidade da infraestrutura urbana. Sob a ótica do ciclo de vida do objeto, a solução contempla, inicialmente, a execução dos serviços conforme projetos, especificações técnicas e normas vigentes, incluindo a implantação e/ou adequação dos dispositivos de drenagem pluvial, tais como galerias, bocas de lobo, sarjetas, caixas de passagem e demais elementos necessários ao correto escoamento das águas, de forma integrada à execução da pavimentação asfáltica, observando-se a adequada preparação do subleito, base, revestimento e acabamento final.

A adoção de um sistema de drenagem eficiente, associado a uma pavimentação dimensionada de forma compatível com as condições locais de tráfego e características do solo, visa mitigar patologias recorrentes, como infiltrações, trincas, afundamentos e erosões, que impactam negativamente a vida útil do pavimento. Dessa forma, a solução não se limita à execução inicial da obra, mas considera os efeitos de médio e longo prazo sobre a infraestrutura viária.

No que se refere à fase de operação e manutenção, a solução proposta proporciona maior estabilidade estrutural das vias, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes, bem como os custos associados à manutenção emergencial. A correta condução das águas pluviais contribui para a preservação do pavimento e para a segurança dos usuários, promovendo condições adequadas de trafegabilidade ao longo de sua vida útil.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Sob o aspecto da sustentabilidade e economicidade, a solução adotada considera a utilização de materiais e técnicas construtivas que atendam às normas técnicas aplicáveis, assegurando desempenho adequado, durabilidade e menor impacto ambiental, além de favorecer a otimização dos recursos públicos ao longo do ciclo de vida do objeto, desde sua implantação até o término de sua vida útil.

Por fim, a solução como um todo está alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, segurança, economicidade e desenvolvimento sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, ao propor uma intervenção integrada e definitiva, que supera soluções paliativas, assegura maior longevidade à infraestrutura executada e atende de forma contínua às necessidades da população do Residencial Jardim Tênis Clube e do Município da Estância Turística de Olímpia/SP.

3.2 – Durante a execução dos serviços de conclusão da obra caso sejam necessárias à execução de serviços para adequações na área da matrícula e/ou no entorno da construção que não estejam previstas nos projetos anexos, inclusive quanto a integração dos imóveis, fechamentos, arremates, calçamento externo, instalação de lixeiras para fins de emissão futura de habite-se e infraestrutura para os sistemas de combate contra incêndio, tais serviços serão de competência do município e poderão ser solicitados a proponente nos termos dos artigos 124 ao 136 da Lei nº 14.133/21, resguardada a comprovação de disponibilidade, urgência e vantajosidade, pelo fiscal técnico do contrato.

3.3 – Enquadramento do Objeto:

3.3.1 – Classifica-se este objeto como Obra Comum de Engenharia, disposto no art. 6º, Inciso XII, subsidiário aos critérios explanados na Nota Técnica IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) IBR nº 01/2021; diante da baixa complexidade técnica do objeto, de execução frequente pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, haja vista a metodologia construtiva usual no mercado, com a ampla concorrência em virtude da elevada disponibilidade de empresas aptas a se habilitarem para o presente certame.

3.4 – Regime de Execução:

3.4.1 – O regime de execução deste objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, disposto no inciso I, do artigo 46, da Lei n.º 14.133/2021.

3.5 – Modalidade Licitatória:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

3.5.1 – A Modalidade de licitação será a CONCORRÊNCIA, disposta no inciso II, do art. 28, conforme o § único do art. 29, da norma.

3.6 – Critério de Julgamento:

3.6.1 – O critério de julgamento será o MENOR PREÇO, disposto no inciso I, do artigo 33, da norma.

3.7 – Modo de Disputa:

3.7.1 – Será adotado o modo de disputa ABERTO.

3.8 – Não será adotado sigilo do orçamento de referência que subsidia esta contratação.

3.9 – Nos casos de antecipação do prazo de entrega da obra, a remuneração dos serviços correrá proporcionalmente ao total efetivamente executado, vedada a redução da qualidade dos serviços. Não será admitida a prorrogação do prazo de execução da obra, sem motivo pertinente e adequado a ser apreciado pelo Gestor e/ou Fiscal Técnico do Contrato, guardado o devido processo legal.

3.10 – A definição do critério de aceitabilidade da proposta é abordada no item 11.3 deste termo de referência, devendo ser adotado o método de limitação dos preços unitários (MLPU), vedada a adoção de preços unitários superiores aos orçados pela administração.

3.11 – A Contratada não será isenta da garantia quinquenal prevista no §6º, do artigo 140 da Lei nº 14.133/21.

3.11.1 – A Contratada deverá executar os reparos decorrentes dos vícios e defeitos apurados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, dentro do prazo legal previsto na norma, devendo manter contato atualizado junto à Divisão de Projetos e Obras através do endereço eletrônico: obras@olimpia.sp.gov.br. Os chamados serão realizados por servidores da pasta, via contato eletrônico ou diretamente com o preposto e/ou responsável técnico. O prazo para o efetivo atendimento não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, projetos básico e executivo, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2 – A Resolução CONAMA 307/2002 em seu artigo 2º, inciso I, define resíduos de construção civil como: *“(...) os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”*.

4.3 – Sendo os resíduos passíveis de serem gerados são classificados como pertencentes às classes A, B, C e D, segundo o artigo 3º da Resolução CONAMA acima referida.

a) **Classe A:** – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas de concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.), argamassas e concreto.

b) **Classe B:** são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

c) **Classe C:** são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação. (Redação dada pela Resolução nº 431/2011);

d) **Classe D:** são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

industriais e outros, bem como telhas e outros materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04);

4.4 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º, da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

4.5 – Atender, no que couber, os requisitos da Lei Municipal nº 4.041/2015 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, subsidiariamente ao disposto em tópicos específicos do plano diretor (Lei Complementar nº 254/2021) e código de obras (Lei Complementar nº 256/2021).

4.6 – A Contratada deverá ter como objetivo a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.7 – Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas. Devendo ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de preservação de material para uso futuro;

Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.7.1 – No caso da geração de resíduos decorrentes de “bota-fora”, em virtude de serviços de adequação externa e de integração dos imóveis, estes serão transportados e depositados em área pública municipal com autorização da Secretaria Municipal de

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Obras, Engenharia e Infraestrutura (SMOEI), visando a economicidade da contratação na qual a correta destinação ficará por conta da CONTRATANTE.

4.8 – As embalagens de tintas utilizadas deverão ser submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei n.º 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002.

4.8.1 – As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de classe B.

4.8.1.1 – O parágrafo 1º, do artigo 3º, da Resolução CONAMA nº 307 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas um filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulos de resíduos de tinta líquida.

4.8.2 – Atendendo ao requisito acima, o recipiente deverá ser direcionado para canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral.

4.9 – Devendo atender também aos requisitos constantes do Decreto Estadual nº 37.952/1999, que regulamenta a coleta o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de matérias de construção e regulamenta a Lei Estadual nº 10.315/1987.

4.9.1 – Atendendo ainda aos requisitos constantes no Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Olímpia, através da Lei nº 4.041/2015 e subsidiariamente as Normas ABNT NBR nº 15112, 15113 e 15114.

Garantia da contratação:

4.10 – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11 – O percentual da garantia da contratação será referente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

4.12 – Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.13 – A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14– O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Preliminarmente, apesar do objeto possuir enquadramento como uma obra comum de engenharia, seu escopo envolve serviços de terraplenagem, execução de redes de drenagem de águas pluviais, sistema superficial de coleta de águas pluviais e pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em um bairro residencial, do tipo loteamento fechado, que influencia diretamente no tráfego interno dos munícipes moradores do bairro diretamente impactados pela obra, durante a sua execução.

Cumpre informar que ao analisar os prazos legais estabelecidos pela norma, em paralelo com os prazos internos do departamento competente pelo processamento da contratação, há grande probabilidade deste objeto ter seu início próximo ao período de chuvas na região, o que tem causado diversos problemas sob o prisma da mobilidade dentro do perímetro urbano, principalmente durante as festas de fim de ano, dentro da alta temporada do setor turístico.

A situação merece maior critério no estabelecimento das garantias contratuais, pois os riscos existentes na intervenção proposta são amplificados pelas características específicas do escopo e localização, para tanto segue abaixo a relação dos riscos a serem considerados:

- Aumento da probabilidade de acidentes de trânsito;
- Aumento da insatisfação da população com a possibilidade de atraso na conclusão das obras;
- Aumento da probabilidade de retrabalho, diante da perda de serviços essenciais executados em virtude das chuvas;
- Aumento da possibilidade de intervenções pós-obra sob o espectro da garantia quinquenal em virtude da celeridade na execução dos serviços, o que fomenta maior controle de qualidade por parte da contratada;
- Alta probabilidade de levantamento da garantia para saneamento e/ou indenização de possíveis problemas ou avarias não suportados pelas contratadas;
- Aumento da carga de trabalho dos servidores e contratados envolvidos no processo da execução da obra, aumentando os custos operacionais da administração pública no tratamento da contratação;
- Aumento da possibilidade de ações judiciais contra a administração pública municipal em virtude da ocorrência de acidentes, prejuízos diversos, entre outros.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Diante disso, ainda que se trate de uma obra comum, não se pode deixar de levar em conta os riscos/fatores levantados que poderão ocorrer na execução da obra, objeto deste termo de referência; mesmo que o aumento do percentual da garantia contratual a ser apresentada pelas contratadas possa induzir a uma possível restrição a competitividade do certame, sua adoção tem a finalidade de garantir a eficácia da execução do objeto sob o aspecto principal da segurança jurídica, do interesse público, planejamento e proporcionalidade, atestando a segurança das pessoas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

4.10.2 - Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor, nos termos do § 5º, do Art. 59 da Lei nº 14.133/21.

Demais requisitos de contratação:

4.11 – Deverão ser fornecidos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para os visitantes (autoridades públicas, assessores etc.), capacete, óculos de proteção e protetor auricular, durante a realização de eventuais visitas institucionais.

4.12 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratante, e deverá ser executada nos moldes do Termo de Convênio que viabiliza a presente contratação, instruídos pela Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, na qual deverá constar o nome do responsável técnico pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART). A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo fiscal técnico do contrato.

4.13 – Antes do início da obra, deverá ser realizado reunião preliminar junto ao fiscal técnico do contrato junto ao preposto (equipe técnica) da CONTRATADA, e profissionais técnicos da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, visando a promoção e o alinhamento dos ajustes necessários para o início da obra, cumprimento do cronograma, resolver dúvidas de projeto, entre outros assuntos, no intuito de mitigar quaisquer impactos negativos na execução do objeto.

4.14 - No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento dos serviços, como a utilização de vibradores, compactadores manuais, iluminação etc., os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.14.1 - Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique em nenhum ônus à CONTRATANTE.

4.15 - Os operários (colaboradores) empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório. Não será permitida a permanência na obra de operários (funcionários) da CONTRATADA que não estiverem utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

4.16 - Deverão ainda ser atendidas as disposições previstas no Plano Diretor do Município da Estância Turística de Olímpia (Lei Complementar nº 254/2021) e do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021) quanto à mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

4.17 – Subsidiariamente as normas previstas da ABNT NBR para execução dos serviços que compõem este objeto, deverão ser atendidas, as seguintes normas: NBR 16868-2, NBR 15270, NBR 15575, NBR 6118, NBR 5410, NBR 5419, NBR 14565, NBR 5626, NBR 8160, NBR 10844, e as instruções técnicas em vigência do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

4.18 – A Contratada deverá promover todos os reparos necessários e/ou recomposições de serviços já executados, devendo promover a sua inspeção e análise técnica a fim de verificar possíveis patologias.

Matriz de Riscos:

4.19 - A matriz de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e atribuir responsabilidades quanto a eventos que possam impactar o objeto contratual. A alocação segue os princípios da Lei nº 14.133/2021, observando a capacidade de gestão de cada parte e o interesse público.

4.19.1 – Tabela da Matriz de Riscos:

Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação / Prevenção	Responsável
Projeto / Estudos	Necessidade de ajustes de projeto básico ou	Média	Alto	Revisão prévia dos projetos; compatibilização;	Contratante.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Técnicos	executivo decorrentes de incompatibilidades técnicas ou lacunas detectadas durante a obra.			visitas técnicas obrigatórias.	
Interferências Subterrâneas	Descoberta de redes de água, esgoto, energia ou telecomunicações não mapeadas.	Média	Alto	Consulta às concessionárias; sondagens; ajustes de projeto.	Contratante.
Condições Climáticas	Chuvas intensas ou eventos climáticos que inviabilizem os serviços de terraplenagem e pavimentação.	Média	Alto	Planejamento de cronograma; Aumento do efetivo operacional;	Contratada.
Suprimentos / Materiais	Atraso ou escassez de materiais como CBUQ e agregados.	Média	Médio	Planejamento de compras; estoque mínimo; gestão operacional;	Contratada.
Equipamentos	Quebra ou indisponibilidade de equipamentos essenciais.	Média	Médio	Manutenção preventiva; equipamentos reserva.	Contratada.
Mão de Obra	Falta de equipe qualificada, absenteísmo ou rotatividade.	Média	Médio	Gestão de pessoal; treinamento; substituição imediata.	Contratada.
Ações Trabalhistas	Ações trabalhistas decorrentes da relação entre contratada e funcionários.	Média	Médio	Cumprimento das normas trabalhistas; controle de jornada; entrega dos documentos referentes a CLT	Contratada.
Segurança do Trabalho	Acidentes com trabalhadores ou terceiros.	Média	Alto	PCMSO; PPRA; sinalização; EPI; fornecimento dos	Contratada.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**equipamentos de
proteção

Impacto ao Trânsito	Interferências no tráfego durante a obra. Ocorrência de acidentes de trânsito.	Média	Alto	Plano de sinalização temporária; comunicação à população.	Contratada.
Custos e Reajustes	Aumento inesperado de custos de insumos.	Baixa	Médio	Aplicação de fórmula de reajuste; revisões periódicas; análise real das condições mercadológicas.	Compartilhado
Prazo de Execução	Atrasos por falhas operacionais ou de gestão, falta de qualidade, controle da mão de obra	Média	Alto	Cronograma detalhado; monitoramento contínuo; Acompanhamento da fiscalização; multas contratuais.	Contratada.
Riscos Ambientais	Poeira, ruído, resíduos ou impactos ambientais.	Baixa	Médio	Controle ambiental; umectação; destinação adequada.	Contratada.
Desempenho da Contratada	Baixa qualidade dos materiais ou serviços.	Baixa	Alto	Fiscalização; ensaios; ART.	Contratada.
Atraso no repasse dos recursos do órgão concedente	Atraso no pagamento dos serviços dos itens conveniados junto ao Governo do Estado de São Paulo.	Alta	Alto	Prestação de contas mais célere; fluxo de caixa da empresa para suportar a execução integral da obra.	Contratada.

4.19.2 – Os riscos alocados como de competência da contratada são aqueles oriundos da gestão operacional durante a execução do objeto pactuado e deverão ser suportados integralmente pela empresa, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.19.3 – Após a 3ª notificação extrajudicial emitida pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas da Divisão de Projetos e Obras, a seguradora será notificada da situação da execução contratual, e será aberto procedimento administrativo sancionatório para apuração das infrações e multas estabelecidas no item 8.0 deste termo de referência.

4.19.4 – O Procedimento administrativo será instaurado junto ao departamento competente da Secretaria Municipal da Casa Civil, nos termos dos art. 155 a 163 da NLLC, garantindo o direito a ampla defesa e ao contraditório.

4.19.5 – Os riscos alocados como de competência da contratante envolvem a imprevisibilidade da execução dos serviços e possíveis alterações nos quantitativos dos itens estabelecidos na planilha orçamentária e nos projetos básicos e executivos, especificamente aqueles que se referem as alterações projetuais.

4.19.6 – As alterações de prazos e valores que envolverem fatores imprevisíveis, principalmente aqueles de força maior, inerentes a execução da obra, não decorrentes de falhas da contratada, serão tratados como de competência da contratante, a luz do caso concreto, após análise do corpo técnico da Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

4.19.7 – A Contratada deverá suportar as suas expensas a integralidade da execução do objeto até a sua conclusão, dentro do prazo previsto no cronograma físico e financeiro.

Vistoria Prévia:

4.19.8 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

4.19.9 – A vistoria prévia poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.19.10 – A realização da vistoria prévia do local será de acordo com estabelecido no §4º do artigo 63, da Lei n.º 14.133/2021, cujo preposto, devidamente identificado, será acompanhado por profissional designado pela Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal da Obras, Engenharia e Infraestrutura, através do e-mail: agendamento@olimpia.sp.gov.br, ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 9:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados e pontos facultativos. Após a realização da vistoria, será

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

emitido o Termo de Vistoria Prévia, pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame através da plataforma E-LICITA OLIMPIA, disponível no site www.olimpia.sp.gov.br.

4.19.11 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior. Quando solicitada ou marcada para as sextas-feiras, deverão ser efetuadas preferencialmente no período da manhã.

4.20 – Visando ao pleno atendimento da necessidade pública, obrigatoriamente, a licitante vencedora deverá apresentar ao Gestor e Fiscal Técnico do Contrato, um cronograma de evolução da obra, das quantidades de serviços executados, segmentado semanalmente desde o efetivo início dos serviços até a sua conclusão. Este recurso visa prever eventuais riscos de atraso da conclusão do objeto e auxiliar o corpo técnico do órgão competente na tomada de decisões estratégicas subsidiando a CONTRATADA no que for de atribuição da CONTRATANTE.

4.20.1 – O cronograma de evolução da obra deverá ser enviado no e-mail do fiscal técnico do contrato até às 16 horas do dia, todas as sextas-feiras ou no último dia útil da semana, quando precedido de feriado ou ponto facultativo dentro do calendário municipal, para apreciação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

Subcontratação:

4.21 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de execução:

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 – Será obrigatória a apresentação, pelo responsável técnico da obra, de ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) sendo indispensável sua apresentação para a formalização e assinatura do contrato.

5.1.2 – Na ART de execução da obra deverá constar a descrição geral do objeto no item observações, conforme descrito abaixo:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

- *Execução de obra não predial de sistema de drenagem urbana e pavimentação asfáltica, junto a trecho da Rua João Francese, no bairro Residencial Jardim Tênis Clube, no município da Estância Turística de Olímpia, contemplando uma área a ser pavimentada de 2.794,27 m², instalação de 172,09 metros de tubulação em concreto PA-2 e construção de dissipador em concreto armado.*

5.1.3 – Deverão constar como atividades técnicas na ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica para vias urbanas e Execução de Obras de Sistemas de drenagem para obras civis de galerias.

5.1.3.1 – A Contratada deverá enviar a ART/RRT referente à execução do objeto, em formato definitivo para a Divisão de Projetos e Obras Públicas, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para o e-mail obras@olimpia.sp.gov.br, para solicitação da emissão do alvará de construção junto à Divisão de Licenciamento e Regularização.

5.1.4 – Em até 30 (trinta) dias, após a emissão do alvará, a CONTRATADA deverá inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) conforme artigos 3º, 4º, 5º e 18º da Instrução Normativa da Receita Federal (RFB) nº 2061/2021.

5.1.5 – O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços (O.S) pela Divisão de Projetos e Obras da SMOEI.

5.1.6 – Após o recebimento da ordem de serviço e antes do início da execução, os representantes da contratada deverão reunir-se tanto com os responsáveis pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas da SMOEI com a finalidade de integração do corpo técnico dos órgãos públicos ao da CONTRATADA, servindo para dirimir eventuais dúvidas e realizar esclarecimentos necessários, bem como discutir sobre implantação do canteiro de obras e demais assuntos que se fizerem pertinentes.

5.1.6.1. Em ambas as reuniões estará presente o Fiscal Técnico do Contrato.

5.1.7 – O responsável técnico ou o seu preposto deverá responsabilizar-se pela elaboração do diário de obras, elaborado nos moldes estabelecidos pela resolução nº 1.096/2023 do CONFEA, de acordo com as recomendações do item 19.3 do Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP. Esse deverá ser apresentado à fiscalização

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

técnica do contrato durante as vistorias, conforme regulamento do § 1º, do artigo 117, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.8 – O responsável técnico da CONTRATADA deverá vistoriar a execução dos serviços, no mínimo duas vezes por semana.

5.2 - Os resíduos de construção civil deverão ser destinados à reciclagem e os rejeitos encaminhados ao aterro sanitário, sendo os custos de destinação a cargo da CONTRATADA.

5.3 – Deverão ser cumpridos nos locais da execução as normas de segurança de trabalho vigentes, no que couber, em especial as Normas Regulamentadoras:

- NR-4 (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho);
- NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA);
- NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO);
- NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos);
- NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos);
- NR-17 (Ergonomia);
- NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);
- NR-21 (Trabalho a Céu Aberto) e
- NR-26 (Sinalização de Segurança).

5.4 – A obra deverá ser executada com mão de obra qualificada cumprindo a metodologias de execução prescritas pelas normas ABNT aplicáveis, nos critérios de medição e remuneração da CDHU atualmente vigente (Versão nº 200) referência 01/2026;

5.5 – As etapas da obra, bem como as previsões de pagamentos, prazos e afins estão previstas nos anexos do presente Termo de Referência, especificamente no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA.

5.5.1 – A Contratada deverá executar fielmente os serviços previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA, após autorização do setor competente, da Secretaria

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Municipal de Governo e Relações Institucionais, da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia.

Materiais a serem disponibilizados:

5.6 – Para a perfeita execução das obras, a contratada deverá fornecer e utilizar materiais normatizados, homologados pelas normas da ABNT, ou outras aplicáveis quando da ausência desta no que tange aos requisitos de qualidade e durabilidade, de acordo com padrões especificados no memorial descritivo e nos critérios de medição e remuneração da tabela da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo n.º 200 (Data-base: janeiro/2026).

5.7 – A aplicação de materiais de qualidade e durabilidade na execução das obras é requisito fundamental de sustentabilidade.

5.8 – Deverão ser utilizados os materiais especificados no memorial descritivo e na planilha orçamentária base.

5.9 – Todos os cortes necessários para instalação dos sistemas elétricos e hidráulicos deverão ser preferencialmente executados antes do assentamento do bloco, através de ferramenta adequada (serra mármore ou similar) com disco diamantado, visando a redução dos resíduos decorrentes de cortes ou demolições diretamente na parede pronta.

Local e horário da prestação dos serviços:

5.10 – O local de execução de drenagem e pavimentação asfáltica é o situado na Rua João Francese, no bairro Residencial Jardim Tênis Clube, no município da Estância Turística de Olímpia:



Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura



Imagem – Localização da execução da drenagem e pavimentação asfáltica.

5.11 – Os serviços poderão ser executados aos fins de semana, inclusive em horário noturno a critério da CONTRATADA, sendo que deverão ser observados os limites de ruído fixados pela Norma ABNT NBR 10.151/2019.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.12 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para sua execução bem como aqueles relativos à segurança e isolamento do canteiro.

5.13 – A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, referentes à execução integral do objeto, por meio da apropriação dos Benefícios de Despesas Indiretas (BDI), bem como demais custos contidos nas especificações da obra, no edital e no instrumento contratual.

5.14 – A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo de FORMULÁRIO DA PROPOSTA que ficará disponível no ANEXO do Edital da licitação. A licitante melhor classificada deverá disponibilizar ao Agente de Contratação a proposta orçamentária em formato editável (xls ouxlsx) durante a fase de análise das propostas e definitivamente em formato pdf após a fase de habilitação.

5.15 – Deverá ser adotado pela contratada critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais para cima, através da função ARRED (número, num dígitos), artigos 59 e 63.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Especificação da garantia do serviço:

5.16 – Para os serviços, o prazo de garantia exigido será de 5 (cinco) anos conforme § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente ao código civil.

5.17 – A CONTRATADA deverá realizar todos os reparos e serviços necessários decorrentes de falhas de execução, vícios endógenos e demais que se fizerem necessários de acordo com os critérios de entrega provisória e definitiva da obra; o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a execução dos reparos de acordo com o item 6.3.

5.18 – Em hipótese alguma a CONTRATADA deverá se negar a realizar os reparos que se fizerem necessários sob risco da aplicação das penalidades previstas no contrato.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responderá pelos atos praticados que acarretarem em sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

6.3 – As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato assim o exigir, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto:

6.5 – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 – A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

6.7 – A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização do Contrato:

6.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9 – A fiscalização técnica da obra ficará a cargo dos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura:

- André Francis Delvino, lotado no cargo de Engenheiro Civil;
- Luís Carlos Benites Biagi, lotado no cargo de Engenheiro Civil.

6.9.1 – Cada um dos profissionais acima designados ficará responsável pelo acompanhamento técnico da obra, cada um em fases diferentes, conforme o desenvolvimento do objeto, previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, definido entre os mesmos, podendo ser um ou mais para cada etapa, com o objetivo de proporcionar maior controle de qualidade na execução da obra.

6.9.2 – O servidor Ricardo Alexandre da Silva, lotado no cargo de Oficial de Redes de Água e Esgoto II, Chefe do Setor de Fiscalização de Obras Públicas, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com contato através do e-mail: radasilva@olimpia.sp.gov.br e do telefone: (17) 3279-4860, sendo que exercerá o cargo de Fiscal Administrativo do Contrato, objeto deste Termo de Referência, competindo-lhe auxiliar o Gestor quanto a fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, competindo-lhe conferir e encaminhar junto aos setores competentes as documentações relativas ao pagamento das medições, prorrogação e/ou alteração contratual, adimplência trabalhista, entre outras relativas aos aspectos administrativos da contratação, nos termos do Acórdão nº 10.389/2022 – TCU – 1º Câmara; subsidiariamente ao art. 28 da LINDB.

6.9.3 – Será designado um fiscal setorial do contrato, que ficará a cargo de servidor e/ou terceiro contratado, com base no art. 117 da NLLC, pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

6.9.4 – Os profissionais técnicos designados no subitem 6.9, fiscalizarão a execução da obra conjuntamente com o fiscal setorial designado pela administração. As medições dos serviços executados deverão ser conferidas por cada profissional, conforme a etapa/fase,

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

verificando a sua qualidade e escoreta execução conforme as normas técnicas da construção civil. Os mesmos subsidiarão os fiscais do contrato com as informações necessárias e relevantes para a prevenção de riscos durante execução contratual.

6.9.5 – A CONTRATADA deverá ajustar o planejamento da execução da obra com o fiscal do contrato, em formato presencial ou através de canais eletrônicos, cujo prazo para execução e atendimento das solicitações não deveram exceder 5 (cinco) dias contados a partir do envio; sem prejuízo de incorrer em prazos menores quando ocorrerem situações de urgências/emergências no caso de problemas eventuais problemas estruturais no objeto.

6.10 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VI);

6.11 – O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, II);

6.12 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, III);

6.13 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, IV);

6.14 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, V);

6.15 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VII);

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

6.16 – O Fiscal Setorial deverá manter o diário de obras durante toda a execução do objeto, atualizando diariamente todas as ocorrências, conjuntamente com os fiscais técnicos, de acordo com os padrões adotados pelos Tribunais de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) ou da União (TCU);

6.16.1 – A administração pública municipal disponibilizará profissional, terceiro, contratado pelo setor competente, nos moldes do artigo 117 para acompanhamento diário e fiscalização “in loco” da execução dos serviços contratados, que cumprirá todos os ritos legais arguidos no artigo mencionado, subsidiando os fiscais técnicos e os fiscais do contrato com as informações diárias da evolução da execução do serviço, responsabilizando-se pelas informações prestadas, mensurações, medições, registros, análises, pedidos e demais documentos por ele emitidos, nos termos do § 4º, inciso I, do artigo 117, tratando-se do fiscal setorial designado.

Gestor do Contrato:

6.17 – O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, IV).

6.18 – A Gestão do contrato em questão ficará a cargo do servidor José Augusto Gianotto, lotado no cargo de Fiscal de Obras, Diretor da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com contato através do e-mail: jagianotto@olimpia.sp.gov.br e/ou telefone: (17) 3279-4860.

6.19 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, II).

6.20 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, III).

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

6.21 – O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VIII);

6.22 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, X);

6.23 – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VI);

6.24 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023;

6.25 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 – A CONTRATADA deverá solicitar formalmente à Administração, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), através do sítio sei.cidades.sp.gov.br, a medição dos serviços executados durante o mês, devendo encaminhar, previamente, à Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura, junto a Divisão de Projetos e Obras, a planilha de medição por ela elaborada, a qual deverá guardar relação com a planilha orçamentária licitada a fim de auxiliar a medição.

7.1.1 – A medição dos serviços deverá ser protocolada conforme o item anterior, no período entre o 1º e o 5º dia do mês. A apuração da medição solicitada será feita com base na produtividade dos serviços executados no interregno de até 30 dias do mês anterior ao período de protocolo.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.1.2 – Não serão processadas as medições protocoladas após o período estipulado no subitem 7.1.1 dentro do mesmo mês, salvo em casos extraordinários, ou de convênios firmados junto aos órgãos do Governo Estadual ou Federal, devidamente justificados pela Fiscalização Técnica e Setorial do Contrato; as medições solicitadas via SEI, após o período de recebimento supracitado, serão processadas no mês subsequente.

7.1.3 - As medições serão conferidas pelos Fiscais Técnicos do Contrato e/ou Fiscal Setorial, conforme as etapas de execução da obra e processadas nos termos deste tópico após conferência “in loco” da qualidade dos serviços executados.

7.2 – A CONTRATADA deverá entregar em cada medição, as fichas de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para processamento da medição dos serviços executados.

7.3 – O Fiscal Técnico do Contrato e/ou Fiscal Setorial designado pela Divisão de Projetos e Obras, conjuntamente com os demais fiscais, aferirá as quantidades unitárias dos serviços efetivamente executados, de acordo com a evolução da obra, lavrando medições mensais, conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este termo de referência, de acordo com o §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

7.3.1 – As medições serão apuradas e atestadas pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas, após o ateste serão processadas pelo Setor de Gerenciamento de Contratos até o último dia do mês da solicitação de medição pela contratada e posteriormente será enviada para a Divisão de Captação de Recursos e Prestação de Contas, nos casos de convênios, e/ou a Divisão de Gestão Contratual da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente para conclusão dos trâmites de liquidação e pagamento.

7.3.2 – As medições deverão ser apresentadas e assinadas pelos fiscais técnicos, conforme cada etapa, fiscais do contrato, pelo terceiro contratado pela administração e pelo gestor, identificadas por numeração e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra, que deverá conter o registro de ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no período, apresentando também o relatório fotográfico com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes a respectiva medição e ao período.

7.4 – Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização setorial do contrato, e se constatadas irregularidades:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.4.1 – Será indicada a retenção, glosa ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, e/ou meta descumprida com base no **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, instruído neste termo de referência, com fulcro na Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1.1 – Não produzir os resultados acordados;

7.4.1.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.1.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, e/ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

7.4.1.4 – Deixar de cumprir com as metas de resultados estabelecidas neste instrumento, não atingindo os requisitos mínimos aceitáveis de execução e qualidade da obra, além do descumprimento dos requisitos de sustentabilidade e segurança do trabalho.

7.4.1.5 – No caso da possibilidade de ocorrência de jogo de planilha, nas situações em que se fizerem necessários acréscimos ou supressões, será utilizado o Método do Desconto (Acórdão nº 1.755/2004 – TCU – plenário), conforme art. 128 da Lei nº 14.133/21.

7.5 – Caberá ao fiscal setorial, fiscais técnicos e ao gestor do contrato avaliar as condições quanto a qualidade e a eficiência da execução dos serviços, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

7.6 – Após a finalização e conferência dos relatórios e serviços, o gestor do contrato deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o setor competente da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças tome as providências cabíveis.

7.7 - Os relatórios de medição deverão ser apresentados nos formatos PDF e XLSX.

7.8 – Caberá ao gestor do contrato assinar o laudo e nota fiscal e encaminhar o processo para pagamento;

7.9 – Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com os respectivos boletins de medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade;

7.10 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da administração, conforme o Decreto Municipal nº 9.682 de 14 de janeiro de 2026.

7.10.1 - As medições serão feitas mensalmente de acordo com o cronograma físico-financeiro do objeto, com base no §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21; devidamente provocadas pela Contratada, nos termos do item 7.1.

7.10.2 – As medições a serem apuradas no mês de dezembro de cada exercício serão processadas de acordo com Decreto específico emitido pela municipalidade, contendo os prazos e/ou datas para protocolo dos pedidos de medições, diante do quadro de fechamento do exercício orçamentário. A Contratada será comunicada das datas e prazos a serem cumpridos pela Fiscalização Setorial do Contrato.

Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

7.11 – O instrumento de medição de resultados é parte integrante da relação contratual e tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução total da obra.

7.11.1 – O Município da Estância Turística de Olímpia-SP adota o IMR com a finalidade de estabelecer o gerenciamento da qualidade dos serviços dos itens e/ou etapas que compõem a obra executados pela contratada, visando estabelecer critérios que garantam um nível básico de qualidade na entrega do objeto contratado, definidos no escopo dos projetos básicos, executivos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, cadernos técnicos, critérios de medição e remuneração das tabelas de referência adotadas na formação do valor de referência da contratação, através da planilha orçamentária analítica e sintética da obra.

7.11.2 – O instrumento permite a respectiva adequação ao pagamento da contratada, conforme os critérios estabelecidos neste subitem, por meio de parâmetros objetivos, permitindo glosas percentuais no pagamento da contratada no caso de desconformidade e/ou descumprimento no atendimento das metas e critérios apurados pelos fiscais técnicos e/ou setoriais do contrato.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Tal instrumento encontra amparo legal na Instrução Normativa MPDG/Seges nº 5 de 26/05/2017, Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 23/12/2022, nos termos do art. 144, da Lei 14.133/21, conforme o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União, item 4.3.7, com fulcro nos Acórdãos 2622/2013 e 1921/2021 – TCU – Plenário, sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 8.0 deste termo de referência.

7.11.3 – Este instrumento define os critérios e parâmetros de avaliação dos resultados visando o controle da qualidade dos serviços prestados nas obras e serviços de engenharia, identificando indicadores, metas, método de acompanhamento, forma de cálculo e percentuais de glosa aplicáveis.

7.11.4 – Os critérios e parâmetros estabelecidos refletem fatores que estão sob controle da CONTRATANTE no acompanhamento da execução do contrato, objetivamente mensuráveis e relevantes na prestação dos serviços no âmbito de obras e serviços de engenharia, garantindo sua aplicação de forma objetiva, motivada e proporcional.

7.11.5 – A fiscalização técnica e/ou setorial do contrato, através da apresentação da Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR), fará a avaliação qualitativa mensal dos critérios e parâmetros estabelecidos, conforme o desenvolvimento da obra, subtraindo do pagamento da contratada o somatório das glosas percentuais decorrentes do descumprimento das metas, nas medições apuradas entregues ao Setor Gerenciamento de Contratos da Divisão de Projetos e Obras.

7.11.6 – O Setor de Gerenciamento de Contratos da Divisão de Projetos e Obras da SMOEI remeterá a contratada a Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR) junto com a medição apurada pela fiscalização técnica e/ou setorial, via e-mail, após o período de apuração, para apreciação e manifestação quanto a aplicação das glosas decorrentes do IMR.

7.11.6.1 – A Contratada poderá apresentar suas contrarrazões em até 48 horas, mediante justificativa técnica por escrito quanto a aplicação das glosas decorrentes do IMR em virtude do descumprimento/desconformidade das metas de controle de qualidade previstas neste tópico, para apreciação pelo setor competente, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

7.11.6.2 – A justificativa técnica será apreciada pelo diretor da divisão de projetos e obras em exercício com subsídio dos fiscais técnicos e/ou setoriais do contrato, podendo alterar motivadamente as glosas percentuais, ratificando sua aplicação na adequação do

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

pagamento da contratada, pelo setor competente do órgão público ou retificando sua aplicação mediante acolhimento das contrarrazões apresentadas pela contratada.

7.11.6.3 – Decorrido o prazo para apresentação das contrarrazões estabelecido no subitem 7.11.6.1 sem que a contratada tenha manifestado suas contrarrazões, restará como definitiva a glosa aplicada pelos fiscais do contrato na medição apurada no mês para fins de emissão da nota fiscal de pagamento à contratada.

7.11.7 – A memória de cálculo do IMR deverá conter: relatório fotográfico, vinculado ao acompanhamento diário da obra (diário de obras), comprovando visualmente o descumprimento dos critérios estabelecidos, juntamente com as datas dos registros, aplicação do somatório dos percentuais, nota explicativa da aplicação das glosas na adequação do pagamento conforme cada parâmetro e demais registros e informações administrativas relevantes. O MCIMR será assinado pelo fiscal técnico e setorial do contrato, validando as informações apresentadas.

7.11.8 – A avaliação do desempenho da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA para fins de aplicação deste instrumento, levará em conta os **critérios** abaixo identificados:

Execução física: mediante a inexecução de serviços, obrigações, metas e não cumprimento dos resultados, vinculados à não execução ou fornecimento de serviços, equipamentos e materiais, limpeza da obra, limpeza e organização do canteiro de obras, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) dos funcionários da contratada e subcontratados, fornecimento de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) durante a execução da obra.

Qualidade da execução: mediante a comprovação da baixa qualidade dos serviços executados, desconformidade com os projetos de engenharia e/ou normas técnicas aplicáveis, baixa qualidade dos materiais (dos equipamentos e máquinas) utilizados em relação aos critérios e parâmetros das composições de serviços das tabelas de referência adotadas entre outros documentos que instruem a contratação, baixa qualidade da mão de obra, quantidade (número) de ocorrências de patologias identificadas após a conclusão da obra durante o período da entrega provisória e definitiva do objeto, ocorrência de reiteradas falhas e vícios dos componentes da obra.

Prazos de Execução: mediante ao descumprimento dos percentuais mensais de evolução da obra apurados durante a execução, atraso no início previsto da obra dentro do prazo estipulado no termo de referência após emissão da ordem de serviço (OS), atraso desmotivado no cumprimento do cronograma da obra, atraso na conclusão do objeto e somatório mensal acumulado do descumprimento dos percentuais de evolução da obra.

7.11.9 – A avaliação do desempenho da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA para fins de aplicação deste instrumento, levará em conta os **parâmetros** abaixo identificados:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Objetividade: os itens e/ou metas a serem avaliados dentro dos critérios supramencionados deverão ser claros e objetivos, de fácil compreensão, evitando interpretações; sua comprovação deverá ser fática e visível durante a fiscalização da obra, concomitantemente ao período de apuração dos serviços e conferência das medições.

Proporcionalidade: as glosas percentuais deverão ser proporcionais ao prejuízo causado pelo seu descumprimento, conforme a gravidade e o potencial de risco de cada um dos itens e/ou metas estipulados na avaliação.

Motivação: os itens e/ou metas a serem avaliados deverão ser apurados de forma visual e/ou material dentro do conjunto da obra e deverão ser devidamente explanados na memória de cálculo do instrumento de medição e remuneração (MCIMR) anexa na medição dos serviços apurados.

7.11.10 – Os itens/metast a serem avaliados pela fiscalização técnica e/ou setorial durante a execução deste objeto, bem como os percentuais a serem descontados na medição mensal da contratada seguem conforme o disposto abaixo, neste subitem.

Categorias de porcentagem a serem adotadas na adequação do pagamento para aplicação do Instrumento de Medição e Remuneração:

Grau (G)	Categoria (C)	Percentual Correspondente (P)
Baixo	1	0,10% no valor total da medição
Baixo	2	0,20% no valor total da medição
Baixo	3	0,25% no valor total da medição
Baixo	4	0,50% no valor total da medição
Médio	5	1,00% no valor total da medição
Médio	6	1,50% no valor total da medição
Médio	7	2,00% no valor total da medição
Alto	8	2,25% no valor total da medição
Alto	9	2,50% no valor total da medição
Alto	10	3,00% no valor total da medição

Tabela 02 – Categorias percentuais a serem adotadas na aplicação do IMR.

7.11.10.1 – O fiscal técnico, setorial e/ou administrativo do contrato procederá a somatória dos percentuais (P) das metas/indicadores descumpridos pela CONTRATADA durante a execução da obra, constando na Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR), sendo a soma do percentual acumulado das metas descumpridas mensalmente aplicadas como fator de glosa nas medições dos serviços executados, subtraindo do pagamento devido a contratada.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério da Execução Física:

META Nº 01 – MANUTENÇÃO DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Manutenção da obra em condições de limpeza e segurança, materiais e equipamentos devidamente acondicionados, condições

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

	de limpeza dos níveis internos da construção, sem marcas de tintas, detritos, restos de insumos, incrustações. A Obra deve apresentar aspecto de limpeza e organização interna; sem detritos espalhados, restos de emulsões entre outros. (Obra/Construção limpa)
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento.
Categoria:	Grau médio – “5”
Somatória	Admitido
Observações:	A reiterada ocorrência do descumprimento desta meta permite ao fiscal aplicá-la mensalmente ao caso concreto. A aplicação da redução percentual desta meta ao caso concreto será feita mediante a comprovação mínima do seu descumprimento após no mínimo 3 vistorias “in loco” durante o mês.

META Nº 02 – ORGANIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA E DE SERVIÇOS

Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Manutenção do canteiro de obras levando em consideração a organização, havendo coerência na disposição dos equipamentos, materiais de construção, caçambas de resíduos da construção civil, contêineres de equipamentos elétricos e ferramentas, banheiro químico e/ou sanitários adequados, construção provisória, adequado cumprimento e disposição do croquis de implantação do canteiro da obra (se o caso), fechamentos rígidos, adequadamente instalados e pintados, existência de baias para acomodação de insumos a granel, sinalização de segurança, acessibilidade, identificação dos espaços de uso comum, acesso de veículos, maquinários e limpeza do canteiro. Placa da obra em condições adequadas de instalação. (Canteiro organizado e seguro).
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário.
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento.
Categoria:	Grau médio – “6”
Somatória	Admitido
Observações:	A reiterada ocorrência do descumprimento desta meta permite ao fiscal aplicá-la mensalmente ao caso concreto. A aplicação da redução percentual desta meta ao caso concreto será feita mediante a comprovação mínima do seu descumprimento após no mínimo 3 vistorias “in loco” durante o mês.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

META Nº 03 – USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVO (EPC)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Segurança dos trabalhadores e visitantes da construção/obra. Uso de EPI'S pelos funcionários da empresa contratada e de seus subcontratados durante a execução da obra (completo conforme norma vigente), utilização de equipamentos de proteção coletiva como andaimes com travamento, escoramento contínuo e/ou descontínuo durante serviços em escavações, valas entre outros, linhas de segurança para serviços com alta periculosidade. Sinalização vertical no caso de serviços/obras em vias, ruas, canteiros centrais, rodovias entre outros. Uso de uniforme da empresa e identificação mediante crachá.
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Sim – adoção de grau superior a cada mês reincidente no descumprimento por evento até o grau máximo.
Categoria:	Grau baixo – “3” por colaborador em descumprimento (evento) + falta de EPC durante o serviço (evento)
Somatória	Admitido
Observações:	Esta meta será aplicada por cada funcionário da contratada/subcontratada que estiver sem o uso de 1 ou mais componentes do Equipamento de Proteção Individual/uniforme, averiguado pelo fiscal. Da mesma forma a falta de EPC ou sua inadequada utilização durante a execução do serviço contará como 1 evento para aplicação do percentual. Cada mês em que a empresa reincidir no descumprimento desta meta, o grau percentual de aplicação pelo fiscal deverá ser o imediatamente superior para cada evento.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério da Qualidade da Execução dos Serviços (Controle de Qualidade):

META Nº 04 – QUALIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA + MATERIAIS + TÉCNICA)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Promover o controle qualitativo dos serviços prestados pela contratada no âmbito da construção civil. Será considerado um evento/desconformidade cada um dos itens abordados nesta meta, sendo somados a cada medição, aferidos pelo fiscal técnico/setorial

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

do contrato durante a execução:

- **Utilização de materiais de baixa qualidade e/ou em desconformidade com os materiais de referência da tabela utilizada:** (cimento, areia, tinta, componentes em geral, aço, entre outros);
- **Falta de conhecimento ou de prática dos funcionários da contratada durante a execução dos serviços:** (paredes fora de prumo, revestimentos com espessura superior a adequada, aspecto visivelmente ruim das condições do serviço, selamentos de lajes ou cobertura, instalação de batentes inadequada, revestimentos cerâmicos mal assentados, guarnições, serviços de pintura, preparo inadequado de paredes, aplicação de tintas, esquadrias mal instaladas, mal funcionamento de portas, puxadores, maçanetas, vasos sanitários, válvulas de descarga, lâmpadas, luminárias, inadequado escoamento de águas pluviais na superfície de calçamentos e ambientes internos, entre outros).
- **Execução da obra/serviço em visível desconformidade com os projetos.**
- **Inexecução de serviços previstos/descritos no projeto básico/executivo.**
- **Ineficiência das soluções e serviços executados:** (Ex: goteiras em telhados, umidades, falta de vedação dos componentes hidráulicos, vazamentos em geral, quedas de energia interna, lâmpadas queimadas, interruptores ineficientes, vazamentos em aparelhos de ar condicionado, sistema de iluminação ineficiente, paisagismo inadequado, grama com invasoras, entre outros).
- **Surgimento de patologias da construção durante a execução da obra, entrega provisória e definitiva (condicionantes para pagamento de medição final):** aparecimento de umidades, trincas, fissuras, vazamentos, inadequado funcionamento dos componentes da obra, retorno de água de chuva e/ou esgoto em ralos, vasos, som cavo nos pisos e revestimentos, entre outros.
- **Serviços fora de norma ou em desacordo com as normas técnicas, memoriais descritivos, cadernos técnicos, NBR entre outras.**
- **Desatendimento dos pedidos da fiscalização técnica/setorial quanto ao controle tecnológico dos serviços de pavimentação entre outros.**
- **Falta, omissão, desídia ou ausência do acompanhamento técnico da obra pelo responsável técnico da contratada:** comprovado mediante a falta do

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

	responsável técnico durante as visitas dos fiscais contratuais na obra.
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal técnico durante a execução da obra; e/ou registro de ocorrência por servidor ou usuário da pasta demandante comprovado por meio de foto com data, durante o período entre a entrega provisória e a definitiva do objeto.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento por cada evento/desconformidade apurada durante a execução do contrato, até sua efetiva conclusão.
Categoria:	Grau médio – “4”
Somatória	Admitido.
Observações:	A aplicação desta meta será por cada evento/desconformidade constatada pela fiscalização técnica/setorial do contrato, durante o período de fiscalização e apuração das medições; sem prejuízo da retenção do pagamento do serviço mal executado até a sua correta execução.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério do cumprimento dos prazos de execução do objeto:

META Nº 05 – INICIAR A OBRA DENTRO DO PRAZO (MOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO E INÍCIO DOS SERVIÇOS)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	<p>Promover a adequada execução da obra, fomentando o cumprimento dos prazos previstos no cronograma físico e financeiro do objeto, evitando prejuízos para a administração para o gozo do efetivo benefício social pela população.</p> <p>A contratada deverá mobilizar a montagem do canteiro de obras e iniciar os serviços na data prevista na Ordem de Serviços, ou na data avençada aplicado o disposto no termo de referência, devendo iniciar a execução da obra impreterivelmente no dia exato após a emissão da O.S, caso tenha prazo para mobilização do canteiro. Para fins da aplicação desta meta, a fiscalização aferirá a data prevista para o efetivo e adequado início da obra dentro dos prazos legais estabelecidos na Ordem de Serviços e no Edital da Contratação.</p>
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal técnico/setorial da empresa na mobilização do canteiro e início efetivo da obra no local de execução.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Início da aplicação:	Constatado o efetivo atraso no início da obra, será aplicada a dedução percentual a partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não.
Categoria:	Grau Alto – “10” na efetiva constatação do atraso.
Somatória	Admitido.
Observações:	Constatado o atraso no início da obra será aplicado a dedução de categoria “10” (fixa) + categoria “3” para cada dia de atraso no início da obra até o total de 5% de dedução. Esta meta será aplicada uma única vez, na primeira medição da empresa.

META Nº 06 – CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PERCENTUAL MENSAL DE SERVIÇOS PREVISTO NO CRONOGRAMA

Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	<p>Promover a adequada execução da obra, fomentando o cumprimento dos prazos previstos no cronograma físico e financeiro do objeto, evitando prejuízos para a administração e para o gozo do efetivo benefício social pela população.</p> <p>A contratada deverá possuir capacidade operacional adequada na gestão e execução da obra sobre sua responsabilidade, devendo cumprir com os serviços previstos nos meses de execução da obra de acordo com o cronograma físico e financeiro do objeto. O fiscal aferirá a execução percentual da obra, conforme o avanço no desenvolvimento das frentes de serviço previstas no cronograma. A contratada deverá atingir impreterivelmente com os percentuais de execução da obra previstos no cronograma, mês a mês.</p>
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual e material (por escrito via relatório de acompanhamento) do fiscal técnico/setorial durante o acompanhamento da evolução mensal da obra.
Início da aplicação:	Constatado o efetivo atraso no cumprimento da meta mensal de evolução da obra, será aplicada a dedução percentual a partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Sim.
Categoria:	Grau Médio – “7” na efetiva constatação do atraso mediante apuração da medição.
Somatória	Admitido.
Observações:	Constatado o descumprimento na meta de evolução percentual da obra será aplicada a dedução prevista na categoria “7” na medição da contratada, devendo para o próximo mês recompor os serviços não executados durante o mês anterior, cumprindo com o total acumulado previsto para aquele período de apuração. Caso a contratada permaneça em descumprimento dos percentuais previstos no cronograma, a fiscalização poderá aplicar o grau

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

	imediatamente superior na adequação do pagamento da contratada, até a categoria máxima ("10").
--	--

7.11.11 – A fiscalização técnica e/ou setorial do contrato durante a verificação do cumprimento das metas pela contratada para fins de adequação do pagamento dos serviços executados, deverá adotar o princípio da proporcionalidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 para aplicação dos percentuais a serem deduzidos na medição, avaliando sempre a menor onerosidade para a contratada sem prejuízo a administração na avaliação da qualidade dos serviços executados, buscando inicialmente soluções proporcionais, equânimes e atenta aos interesses gerais da execução contratual, evitando interpretações excessivamente rigorosas na aplicação do IMR.

7.11.11.1 – Constatado o descumprimento/desconformidade das metas, o fiscal procederá de ofício a adequação do pagamento devido à contratada, nos termos supramencionados. O percentual máximo de redução não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor total da medição.

7.11.11.2 – As glosas decorrentes da aplicação do IMR não excluem a aplicação das sanções administrativas estabelecidas em contrato, de acordo com o item 8.0 deste termo de referência.

7.11.11.3 – A aplicação deste instrumento durante a execução contratual não constitui uma sanção automática, mas sim em reparação indenizatória à administração pela baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada.

7.11.12 – Os valores oriundos da aplicação deste instrumento não serão restituídos a contratada, uma vez que se traduzem em compensação indenizatória pela má qualidade/descumprimento dos critérios e parâmetros qualitativos aferidos durante a execução contratual e na entrega final do objeto.

7.11.13 – A efetiva aplicação do instrumento de medição e remuneração (IMR) prevista neste termo de referência configura-se como prova material para comprovação do cometimento das infrações e sanções administrativas previstas no contrato.

Do recebimento:

7.12 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.12.1 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.13 – Os fiscais do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato, juntamente com os demais profissionais responsáveis pela fiscalização técnica da obra, mediante emissão de termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (inciso X, artigo 21 Decreto Municipal 8.720/2023).

7.14 – O fiscal administrativo e/ou técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.15 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.16 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.16.1 – A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme o Art. 119 da lei 14.133/2021, nos termos abordados nos itens anteriores, inclusive quanto a garantia e prazos previstos na ABNT NBR 17.170/2022, entre outras normas técnicas vigentes.

7.16.2 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. A retenção da última medição dos serviços executados será liberada para pagamento após o saneamento de todos vícios apontados pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação do IMR, previsto o item 7.0.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.16.3 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16.4 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos projetos básicos, executivos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste termo de referência.

7.17 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, caso não sejam identificados vícios e/ou reparos a serem executados pela contratada, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, após apresentação de toda a documentação exigida, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.18.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.18.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.18.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143º da norma, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 – O prazo de recebimento permanecerá suspenso enquanto as inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança não forem sanadas, pela contratada.

7.21 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço tampouco a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme os art. 119º e 140º da NLLC.

Liquidação:

7.22 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 9.862 de 14 de janeiro de 2026.

7.23 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 – O prazo de validade;

7.23.2 – A data da emissão;

7.23.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 – O período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 – O valor a pagar; e

7.23.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.23.7 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68º da Lei nº 14.133/2021.

7.25 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.26 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento:

7.30 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior; resguardado o disposto no Inciso IV, §2º, do art. 137 da NLLC. As datas de pagamentos serão aquelas

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

estabelecidas no Decreto Municipal nº 9.862 de 14 de janeiro de 2026 ou o que vier substituí-lo no caso de conclusão dos serviços no exercício subsequente.

Forma de pagamento:

7.31 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32 – Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Multa:

8.3.1 – Moratória, para a infração descrita no subitem “d”, de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.3.2 – Moratória de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

8.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

8.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;

8.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da norma.

8.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com a alínea “a” do inciso II do art. 55 da NLLC.

Regime de execução:

9.2 – Será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, devidamente justificado no subitem 3.4.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação:

9.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21.

Habilitação jurídica:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 – Sociedade empresarial estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.11 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Página 49 de 59

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.12 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.19 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.20 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.21 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.21.1 – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.21.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.22 – A proponente deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado desta contratação, de acordo com o §4º, art. 69, da Lei 14.133/2021.

9.22.1 – A exigência da comprovação de patrimônio líquido mínimo visa evitar futuros problemas jurídico-administrativos durante a execução e após a conclusão das obras, garantindo que a empresa vencedora detenha esteio financeiro suficiente para suportar a execução do objeto, comprovando no mínimo capacidade suficiente para suportar a execução contratual em sua integralidade.

Tal critério resta fundamentado na realidade fática das últimas contratações vinculadas a obras públicas pela municipalidade, onde as licitantes vencedoras não suportam a execução contratual, dentro do escopo original previsto, restando em atrasos, ações trabalhistas e execução de serviços com baixa qualidade.

No que tange obras de pavimentação, duplicação e intervenções na malha viária urbana do município, a administração tem suportado diversas situações de atrasos, rescisões contratuais na execução de obras similares, até de menor porte, gerando diversos inconvenientes para a população, haja vista inclusive a alteração do regime pluviométrico da região nos últimos anos; tal situação decorre principalmente da incapacidade financeira das proponentes no cumprimento das obrigações dos contratos de obras e

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

serviços de engenharia, inclusive da incompatibilidade da gestão operacional da empresa na mobilização de recursos, equipamentos e mão-de-obra para conclusão das obras estruturantes.

9.22.2 – A proponente deverá apresentar uma relação dos compromissos assumidos em vigência na data de apresentação da proposta que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, conforme disposto no §3º, art. 69 da NLLC.

9.22.3 – Entende-se como o disposto no subitem anterior a análise da condição econômica da licitante, aferida por meio dos compromissos assumidos, contendo valores mensais e anuais que importem na diminuição da capacidade operativa ou na absorção de disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, comprovando por meio da apresentação de contratos em vigor celebrados com a administração pública em geral e iniciativa privada. Tais exigências solicitadas neste subitem encontram amparo jurídico no Acórdão nº 2724/2025 – TCU – Plenário, conforme segue:

9.5.2. ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para que adote as medidas cabíveis para alertar os órgãos e entidades do Governo Federal sobre a possibilidade de exigência cumulativa, para efeito de habilitação econômico-financeira em certames licitatórios, de (i) declaração de compromissos assumidos, na forma do disposto no § 3º do art. 69 da Lei 14.133/2021; (ii) índices de liquidez acima de 1; (iii) patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação; e (iv) capital circulante mínimo em percentual suficiente para assegurar até dois meses de execução contratual sem nenhum pagamento por parte da administração, devendo tais exigências ser devidamente motivadas nos atos preparatórios da contratação;

9.23 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.23.1 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica Operacional:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.24 – Para fins de julgamento prevalecerá a qualificação técnica operacional da Licitante sem que essa implique em prejuízos à qualificação profissional ou experiência do responsável técnico escolhido pela empresa.

9.25 – A CONTRATADA deverá apresentar documento constando indicação do pessoal técnico da empresa, das instalações e equipamentos disponíveis para realização do serviço, de acordo com o inciso III, artigo 67, Lei 14.133/2021.

9.25.1 – A CONTRATADA deverá apresentar declaração constando o pessoal técnico que irá compor a equipe que se responsabilizará pela execução dos serviços, devendo apresentar a qualificação técnica de cada membro, constando o nome completo e documento de identificação, do responsável técnico e/ou preposto, e/ou encarregado.

9.26 – Serão aceitos para fins de qualificação técnica operacional certidões de acervo e/ou atestados emitidos em nome da razão social da empresa, para comprovação das quantidades mínimas dos itens unitários constantes no item 9.28.2, admitida a somatória dos respectivos atestados/certidões.

9.27 – Registro ou inscrição da empresa e do seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade.

9.28 – A apresentação, pela licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do §§ 10 e 11, artigo 67, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.28.1 – Os quantitativos relacionados no subitem 9.29.2, foram selecionados de acordo com o §1º, do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, sendo selecionados os itens de valor significativo da tabela de referência para execução do objeto, os quais possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado para a contratação.

9.28.2 – A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA, conforme a Resolução CONFEA nº 137, de 31/03/2023 ou CAT-O emitida pelo CAU, em nome de sua razão social, para fins de comprovação dos quantitativos dos itens unitários relacionados no quadro abaixo:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Item	Descrição (Item/Serviço)	Unidade	Quantidade Mínima
1	CAMADA DE ROLAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE - CBUQ	M³	40,00
2	BASE DE BRITA GRADUADA	M³	200,00
3	ABERTURA E PREPARO DE CAIXA ATÉ 40 CM, COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO MÍNIMO DE 95% DO PN E TRANSPORTE ATÉ O RAIO DE 1 KM	M³	1.200,00
4	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M²	1.200,00
5	TUBO DE CONCRETO (PA-2), DN= 600MM; DN = 800MM E/OU DN = 1000MM	M	80,00

Tabela 03 – Itens de serviços para comprovação de qualificação técnica.

9.29 – Será admitida para fins de comprovação de qualificação técnica operacional, as quantidades mínimas dos itens unitários constantes de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA vinculada a profissional responsável técnico, desde que em nome da razão social da empresa licitante, acompanhado dos atestados devidamente vinculados nas certidões, visto que a resolução CONFEA nº 137/2023, ter instituído o CAO, após o mês de março do ano de 2023.

9.29.1 – Para fins de comprovação de acervo operacional no quantitativo da tabela supramencionada referente ao item 05, a proponente poderá apresentar acervo referente a execução de tubo de concreto PA-2 nas dimensões entre 600 e 1000mm ou superior, podendo variar a quantidade apresentada desde que comprove o mínimo exigido, podendo ser, por exemplo: 80,00 metros de tubulação de concreto DN=600MM, ou variar as quantidades entre tubos de seções diferentes, não sendo aceitos acervos de tubos menores que DN = 600MM.

Qualificação Técnica Profissional:

9.30 – Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro no respectivo conselho com experiência comprovada através de um ou mais atestados, devidamente registrados, no conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT (engenheiro) ou CAT-A (arquiteto), expedidas por esse conselho, que comprove que o responsável técnico tenha executado obras ou serviços de características semelhantes de acordo com o inciso I, do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.31 – Para fins de qualificação técnica profissional serão admitidas a apresentação de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conjuntamente com a apresentação de ART que comprovem a experiência do profissional na execução dos serviços a serem contratados, ou similares, conforme o inciso I, do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

9.31.1 – O Profissional responsável técnico indicado pela CONTRATADA, deverá comprovar que tenha executado obras não prediais de sistemas de drenagem urbana, terraplenagem e pavimentação asfáltica, em vias urbanas e/ou rodovias, conforme abaixo:

- *Comprovar por meio da apresentação de ART e ATESTADO, emitido por empresa pública ou privada que tenha executado obras de recapeamento asfáltico e/ou pavimentação de vias urbanas, rodovias estaduais, federais, entre outras, com no mínimo 1.000,00 m² de área pavimentada e/ou:*
- *Comprovar por meio da apresentação de ART e ATESTADO, emitido por empresa pública ou privada que tenha executado obras de recapeamento asfáltico e/ou pavimentação de vias urbanas, rodovias estaduais, federais, entre outras, com no mínimo 40,00 m³ de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ devidamente aplicado.*

9.32 – O profissional cuja CAT, ATESTADO e ART foram utilizadas para fins de habilitação profissional nesta licitação deverá ser o responsável técnico da obra na execução do contrato.

9.33 – A ART de execução da obra deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico apresentado pela licitante nos moldes deste termo de referência.

9.34 – Não será permitida para fins de qualificação operacional, a comprovação das quantidades mínimas dos itens constantes na tabela do item 9.28.2, através de apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) unicamente em nome do profissional.

9.35 – Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços; com contrato firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional; caso a licitante se sagre vencedora do certame.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.36 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais indicados pela licitante poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º da Lei 14.133/2021, por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.37 – Nos termos do § 12º do artigo 67 da Lei 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado caso à aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional ou de sua responsabilidade.

9.38 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras documentações:

9.39 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

9.40 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo, caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

9.41 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9.42 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente Termo de Referência e Edital;

9.43 – Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

9.44 – Declaração de disponibilidade da equipe técnica, dos equipamentos e do profissional responsável técnico, que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme o item 9.26 deste termo de referência.

9.45 – Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas a NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-9, NR-10, NR-12, NR-17, NR-18, NR-21 e NR-26.

9.46 – Declaração que apresentará garantia da contratação 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua;

9.47 – Declaração de fornecimento e utilização de materiais de boa qualidade e durabilidade, normatizados e homologados pelas normas da ABNT.

9.48 – Declaração que, atende as regras e normas da ABNT, na legislação específica;

9.49 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.50 - Declaração não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.51 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.52 – A empresa contratada declarará, através de declaração única as informações acima, conforme anexo constante no Edital.

9.53 - A proponente deverá apresentar “Certificado de Visita Técnica”, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.53.1 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo em Edital. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1 – O custo estimado total da contratação conforme planilha orçamentária base anexa ao presente Termo de Referência é no valor total de R\$ 725.017,25 (setecentos e vinte e cinco mil, dezessete reais e vinte e cinco centavos).

11 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:

11.1 – Licitantes cujas propostas forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor global orçado pela administração deverão apresentar garantia adicional cujo valor deverá corresponder à diferença entre a proposta e o valor de referência adotado pela administração, conforme § 5º, do artigo 59, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2 – Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração serão consideradas presumivelmente inexequíveis, cabendo a licitante o ônus de provar sua exequibilidade de acordo com §2º, artigo 59, nos moldes do §5º, do artigo 56, da Lei nº 14.133/2021; sem prejuízo da solicitação de informações complementares que se fizerem necessárias por parte do setor técnico responsável pela análise das propostas, devendo abrir as composições de custo apresentadas constantes em sua proposta.

11.3 – As propostas serão analisadas de acordo com o método da limitação do preço unitário (MLPU), levando-se em conta o valor global e dos itens unitários, devendo ser inferiores aos preços de referência adotados na planilha orçamentária base que compõe o edital.

11.4 – Para fins da análise de aceitabilidade das propostas serão observadas além das disposições contidas neste termo de referência, os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 63 da NLLC, e na Súmula nº 258 – TCU.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

12.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município da Estância Turística de Olímpia – SP.

12.1.1 - Recurso Próprio – R\$ 725.017,25 (setecentos e vinte e cinco mil, dezessete reais e vinte e cinco centavos):

- 02.00.00 – Prefeitura Municipal;
- 02.13.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;
- 02.13.03 – Divisão de Projetos e Obras;
- Classificação Funcional – 15.451.0034.1.002 – Obras e Instalações;
- Natureza da Despesa – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;
- Fonte do Recurso – 07;
- Dotação Orçamentária – 416;
- Vinculo Detalhado – 07.000.0000.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, na data da assinatura digital.

LEANDRO PIERIN GALLINA

Secretário Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura
Ordenador da Despesa

JOSÉ AUGUSTO GIANOTTO

Gestor do Contrato

ANDRÉ FRANCIS DELVINO

Fiscal Técnico do Contrato

LUÍS CARLOS BENITES BIAGI

Fiscal Técnico do Contrato

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

Fiscal Administrativo do Contrato

CAIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA BORBA

Responsável pela elaboração do instrumento